

## MINERAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA NO VALE DO JEQUITINHONHA: análises a partir do garimpo tradicional

### MINING AND AGRARIAN QUESTION IN VALE DO JEQUITINHONHA: analysis about *garimpo* traditional

**Aline Weber Sulzbacher**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)  
Campus Juscelino Kubistchek (Diamantina – MG)  
aline.weber@ufvjm.edu.br

**Nilmar Lage**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)  
Campus Juscelino Kubistchek (Diamantina – MG)  
nilmarlage@gmail.com

**Lucas Samuel Lopes**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)  
Campus Juscelino Kubistchek (Diamantina – MG)  
lucaslopestetra@hotmail.com

#### Resumo

Os incentivos fiscais e fundiários regulados a partir do estado, imperial e depois republicano, estiveram presentes na formação social e econômica do que atualmente é denominado como região do Vale do Jequitinhonha. Um processo histórico em que a lógica de pilhagem do território a partir da apropriação de recursos minerais, da terra e das gentes foi marcante. Está colocada, desde sua emergência no circuito mundial da acumulação primitiva de capital, a profunda relação entre a mineração e a questão agrária, juntas conjugando uma situação de fronteira no nordeste mineiro. Neste artigo, temos por objetivo analisar a formação socioeconômica do Vale do Jequitinhonha, explorando relações com a questão agrária e a mineração, considerando o garimpo tradicional como um modo de vida. Apresentamos o processo histórico e geográfico de colonização e as disputas contemporâneas que atualizam a situação de fronteira mineral e agrária, expressas na chegada de grandes empresas do setor mineral, na especulação de títulos minerários e no aumento do preço da terra: no período de 1970 a 1999 havia 541 títulos minerários registrados e no período de 2000 a 2018 esse valor subiu para 5068 títulos, ocupando em 2018 uma em área total de 3.7 milhões de hectares!

**Palavras-chaves:** Títulos minerários. Modo de vida. Fronteira. Conflitos territoriais.

#### Abstract

Tax and land incentives regulated from the state, imperial and later republican, were present in the social and economic formation of what is currently called the Vale do Jequitinhonha region. A historical process in which the logic of plundering the territory from the appropriation of mineral resources, land and people was remarkable. Since its emergence in the world circuit of primitive capital accumulation, the profound

relationship between mining and the agrarian question is placed, together combining a border situation in the northeast of Minas Gerais. In this article, we aim to analyze the socio-economic formation of the Vale do Jequitinhonha, exploring relationships with the agrarian issue and mining, considering traditional mining as a way of life. Thus, we present the historical and geographical process of colonization and the contemporary disputes that update the situation of mineral and agrarian frontier, expressed in the arrival of large companies in the mineral sector, in the speculation of mining titles and in the increase in the price of land: in the period from 1970 to 1999 there were 541 registered mining titles and in the period from 2000 to 2018 this amount rose to 5068 titles, occupying one in 2018 in a total area of 3.7 million hectares!

**Key-words:** Mining titles. Way of life. Frontier. Territorial conflicts.

## **Introdução**

No imaginário social brasileiro é imediata a associação de Diamantina e seu entorno, mas cabe também para toda a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, com dois referenciais: o da mineração e o da pobreza. Por mais paradoxal que isso possa parecer, a realidade das comunidades urbanas e rurais traduz exatamente essa contradição e lança luz à várias questões de pesquisa.

A história, oficialmente contada a partir dos colonizadores que chegaram nestas terras a partir dos anos 1600, registra a abundância e exuberância da natureza, inclusive de base mineral (pedras preciosas, diamante, ouro etc.). Conforme registros indicados por Rocha (1995 apud Martins 2008, p. 708) o Rio Jequitinhonha era mencionado como “o tesouro mais precioso destas Minas; não só o Jequitinhonha, mas todos os mais rios e ribeiros que nele se metem, desde o seu nascimento”. E com base nesta referência espacial, que adotamos aqui a perspectiva dos vales, a fim de ter presente a diversidade de paisagens que formam a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha ocupada por povos originários cujas heranças e sujeitos foram quase todos exterminados com os processos de colonização sedenta por recursos naturais.

A partir de 1700, a mineração passa a chamar atenção das autoridades, muito em função do contrabando, evasão fiscal e clandestinidade. Martins (2012, p. 131) indica que a “assimetria de forças dos atores envolvidos na mineração também gerou conflitos pela posse de terrenos diamantinos e a repartição do produto das lavras”.

Esta dinâmica regional passa a ser caracterizada pela riqueza mineral, associada às belezas naturais, passam a atrair ampla curiosidade, acedendo um fluxo migratório

(MARTINS, 2008). Em contraponto, há poucos registros e atenção aos povos originários e, também, aos grupos sociais que vão se forjando nestes encontros e nesta fronteira mineral e agrária. Está sempre presente o desafio da sobrevivência, que passa inclusive pelo contato étnico e geracional entre os diferentes povos que se encontraram nestas margens: índios, negros, brancos – raramente de forma amistosa, principalmente pelo viés explorador (saque) e expropriado que caracterizava as incursões portuguesas.

Estes breves destaques históricos apresentam relações com realidade dos garimpeiros tradicionais e comunidades ao longo do rio Jequitinhonha. Um caso é o local conhecido como “Areinha”, no município de Diamantina, historicamente ocupado por garimpeiros tradicionais, que foram expropriados<sup>1</sup> para dar lugar às concessões de pesquisa e de lavra de empresas (ligadas a grandes grupos) e que, após mais de 30 anos de mineração de ouro e diamante, sob o pretexto de “inviabilidade econômica” abandonam a exploração. A saída dos grandes empreendimentos abre espaço para o retorno do garimpo tradicional e, com ele, em menos de 10 anos, um boom demográfico atraído pela possibilidade de enriquecimento extraordinário às margens do largo e sinuoso rio Jequitinhonha, que na porção alta da bacia, está encaixado por entre morros cuja altitude máxima chega a 1400 metros.

Neste artigo, temos por objetivo analisar a formação socioeconômica do Vale do Jequitinhonha, explorando relações com a questão agrária e a mineração, considerando o garimpo tradicional como um modo de vida. Incluindo análise dos conflitos sociais, ambientais que produzem disputas territoriais na bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, em Minas Gerais.

As questões apresentadas neste texto têm por base atividades realizadas pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro enquanto grupo interdisciplinar de pesquisa, ensino e extensão vinculado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que tem se dedicado a um processo de aproximação e diálogo para compreender a realidade e desafios das comunidades, organizações populares e movimentos sociais que atuam na região do semiárido mineiro. Nestes contextos, há algum tempo a temática da questão agrária e da mineração tem sido tema de reflexão, de observação e de diálogos com diferentes sujeitos e organizações sociais de base popular, que indicaram a necessidade de aprofundar estudos sobre o tema do garimpo tradicional – uma atividade econômica, extrativista, que literalmente construiu a cidade de

Diamantina e contribuiu para a estruturação de uma ampla rede de vilas, vilarejos, comunidades rurais, caminhos etc. Assim, embora o garimpo tenha sido basilar e tenha uma aparência rudimentar, ele apresenta essência conectada à lógica internacional, permeado por processos de exploração do trabalho e da natureza, exigentes de refinada técnica e conhecimento.

Os procedimentos metodológicos que subsidiam este texto têm por base a participação em eventos protagonizados por organizações populares e ou da sociedade civil em que temas na área da questão agrária e da mineração tem sido abordado. Além disso, envolve também a permanente pesquisa bibliográfica, com leituras e análises que buscam aprofundar a apreensão dos fenômenos e contradições, ligadas aos temas. Cabe registrar a elaboração e orientação da execução do projeto de iniciação científica (2018-2019) “Questão Agrária, mineração e desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha” com concessão de bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que foi fundamental para estruturar uma linha de pesquisa neste campo, incluindo o acesso à dados secundários de fontes como Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Por fim, foi fundamental a pesquisa de campo, de caráter exploratório, realizada em 21 e 22 de dezembro, em áreas de mineração e de garimpo artesanal no entorno de Diamantina (MG) com a oportunidade de dialogar com alguns sujeitos. Estas experiências e imersão, conduziram a problematização da relação entre a questão agrária e mineração que apresentamos neste trabalho.

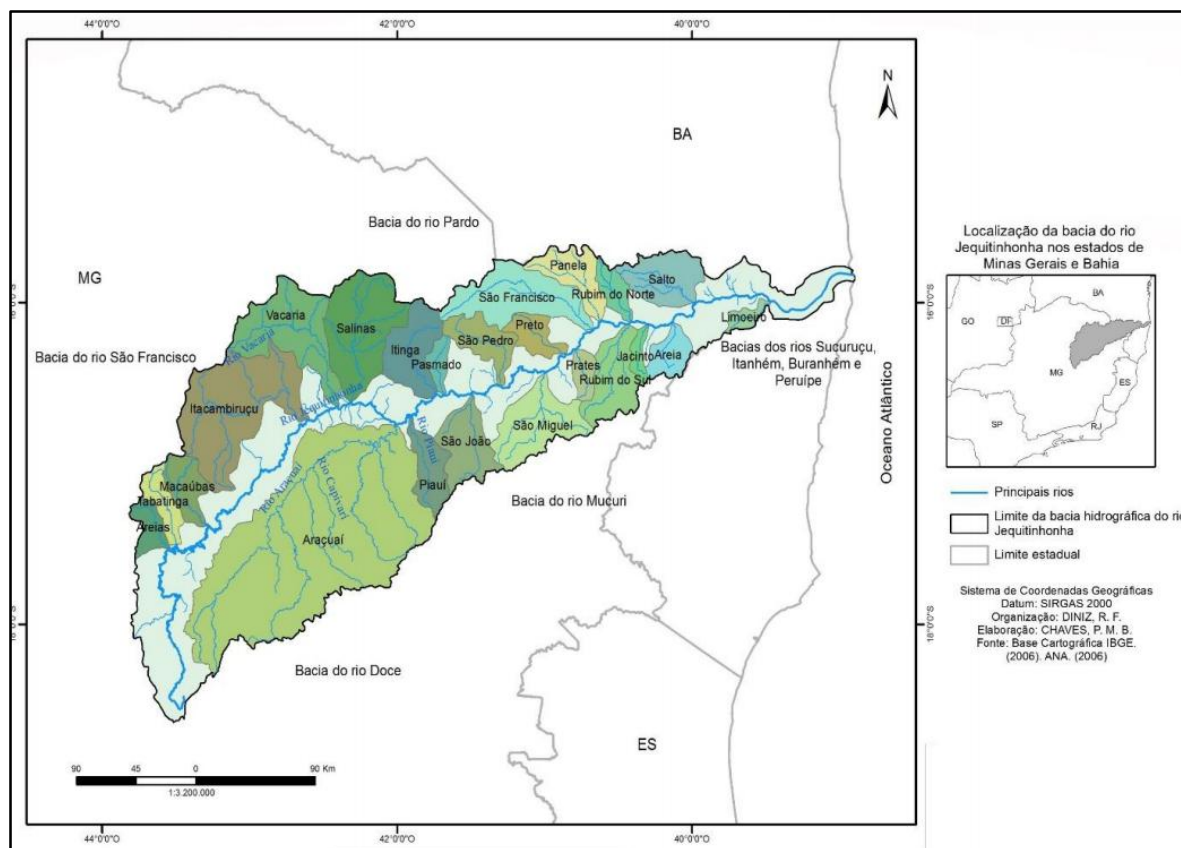
Este texto apresenta três sessões: iniciamos com um breviário histórico sobre a formação social e econômica da região, seguida de discussão sobre o garimpo tradicional como modo de vida e, por fim, apresentamos uma breve explanação de alguns empreendimentos minerários que tem se projetado para a região em cenário de atualização da situação de fronteira minerária no nordeste mineiro. Importante mencionar que este texto conta com contribuições do documentarista e jornalista independente Nilmar Lage, que desde 2008 pesquisa o Vale do Jequitinhonha e suas complexas contradições, compartilhando saberes, imagens e histórias por meio de jornalismo independente. E de Lucas Lopes, jovem garimpeiro, oriundo de comunidade tradicional e que tem se dedicado à pesquisas e estudo sobre a atividade.

**Breviário histórico: elementos da formação social e econômica**

O incentivo fiscal e fundiário, mais os ganhos de preação e lavouras, promoveram a corrida rio abaixo e mata adentro [...]. Minério e preação indígena foram constantes até quase começo do século XX. (RIBEIRO, 1997, p. 28).

Os incentivos fiscais e fundiários regulados a partir do estado, imperial e depois republicano, estiveram presentes na formação social e econômica do que atualmente é denominado como região do Vale do Jequitinhonha (SERVILHA, 2015), conformada a partir de delimitação político-administrativa entre os municípios que compõe a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha (Mapa 1). A lógica de pilhagem do território a partir da apropriação de recursos minerais, da terra e das gentes é marcante. Está colocada, desde sua emergência no circuito mundial da acumulação primitiva de capital, a profunda relação entre a mineração e a questão agrária, juntas conjugando uma situação de fronteira no nordeste mineiro.

**Mapa 1:** Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha e microbacias



Fonte: Diniz, Raphael Fernando, 2018.

O povoamento da região indica esses fluxos, a partir de 1700 (Serro), em 1713 (Diamantina), em 1759 (Grão Mogol) e 1809 (Capelinha), indicando o surgimento de aglomerados urbanos conectados por caminhos entre as grotas e chapadas. Estes e outros locais que apresentavam grande potencial para instalação de minas foram o grande mote para intensivas campanhas de colonização financiadas e impulsionadas pelas riquezas minerais que a formação geológica e geomorfológica levava milhões de anos para gerar e trazer a superfície. Cabe salientar que essa atividade econômica, de base extrativista, é indutora de uma dinâmica regional que contribuiu para a produção social deste espaço (local e regional), de sistemas sociais, culturas e crenças, redes e relações sociais que regem os meios e relações de produção. Antes mesmo que as lavras virassem minas, o diamante e o ouro estavam presentes em abundância nos ambientes por força dos processos de intemperização e erosão. (SULZBACHER, FERNANDES e ALMEIDA, 2019).

Souza (2010) relata que até o ano de 1736, em apenas 09 anos de garimpo, foram enviados à Bahia 435 arrobas (6.525 quilos) de ouro. Porém,

Essa fase de euforia, entretanto, durou pouco tempo. A diminuição gradativa da exploração da atividade mineradora contrapôs-se a afirmação da agricultura como principal ocupação dos moradores locais. Era uma atividade de subsistência, que consolidou, ao longo do tempo, uma agricultura de tipo familiar, explorada principalmente nas margens cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos. Isso constituiu um processo de lenta ocupação de grotas, já que as chapadas, por serem muito áridas, não se prestavam ao cultivo sem um tratamento especial da terra. Essas chapadas ficaram como reserva natural, lugar do qual se lançava mão para a coleta de frutos silvestres e para a criação do gado vacum (SOUZA, 2010, p. 58).

A relação entre a extração mineração e a agricultura é recorrente em toda história recente, colonial, do Jequitinhonha. Geralmente, as práticas agrícolas recebem pouca atenção em função do esplendor e volume de ganhos relacionados ao garimpo. Assim, muito embora é possível dizer que o circuito produtivo da extração mineral (ouro, diamante, cristal) é indutor de toda uma dinâmica econômica que impulsiona a circulação de produtos e sustenta a conexão das lavras à metrópole imperial, há que considerar que o grande contingente populacional precisa produzir seus meios de vida, ou seja, alimentos, vestuários, moradia, equipamentos. A produção das condições materiais para a sobrevivência envolve processo de adaptação ao meio (meio natural) entre saberes e técnicas, mas também de troca de conhecimentos entre grupos étnicos (principalmente entre povo negro e o povo indígenas, muitas vezes refugiados nas matas).

Portanto, em paralelo, mas também em momentos de diminuição da disponibilidade mineral para extração indicará pelo menos dois processos: ampliação da produção agropecuária para garantir a manutenção das comunidades e sujeitos, associados ao trabalho eventual na cidade ou nas fazendas; a migração em busca de novas áreas para extração, seguindo principalmente a jusante dos rios e da bacia hidrográfica do Jequitinhonha. Portanto, a dinâmica regional vai se estruturando entorno da conjugação entre mineração e agricultura. Ribeiro (1997) já indicava essa perspectiva:

Em fins do século XVIII já estava reduzido o furor da produção mineral em quase toda Minas Gerais. No Jequitinhonha ela abriu uma **longa frente de ocupação da terra no sentido da cabeceira para a barra do rio Araçuai**, trilha de povoamento guiada por “descobertos” de ouros e cursos de rios [...]. **A redução da produção não foi o fim da mineração nem do povoamento.** Ouro e pedras **continuaram gerando modestas receitas, pequenas fortunas, permanente movimento e constante ocupação.** (RIBEIRO, 1997, p. 25)

As referências aos veios, bamburros, lavras e catas ricas nunca estiveram ausentes dessa história toda, e o certo mesmo é que eles serviram mais para um sustento cotidiano que para gerar fabulosas riquezas.

Entre o durante e o depois do apogeu da mineração houve continuidades e rupturas. As rupturas são a presença fiscal mais tímida de governo, o ritmo declinante dos descobertos e da produção. E as continuidades estão na busca permanente de novas lavras, no constante movimento de gente, **por toda a fronteira da mata.** Não em fuga da mineração, como se pensa. **Mas buscando lavras, fartas lavouras e índios para serem preados; tudo que as terras pioneiras do vale do Araçuai, esgotadas para minas e plantios, não podiam mais fornecer.** Fundamental para animar esse povoamento foi o incentivo de governo a partir de 1808 anistiou dívidas, liberou por dez anos os impostos, estipulou o serviço gratuito dos índios “ferozes” por dez ou mais anos e cedeu sesmarias aos colonos que se estabelecessem na zona de carrascos e matas do Jequitinhonha e Mucuri. (RIBEIRO, 1997, p. 27)

Em 1830 o governo imperial passa a mudar atuação, substituindo a repressão pela ênfase na produção mineral. (MARTINS, 2012, p. 133). Essa mudança implicou em ajustes nos procedimentos de registro, e em 1858, o “minerador tinha de obter nessa repartição uma permissão anual ao custo de dois mil-réis, que também autorizava a trabalhar com escravos” (Idem, p. 133).

Em análise de documentos históricos realizada por Martins (2012), para o período de 1875-1890, aponta dois indicativos importantes:

[...] os conhecidos garimpeiros, isto é, pequenos mineradores, constituíram a maioria dos agentes envolvidos com a economia do diamante no período [...]. O fato é que, embora os garimpeiros respondessem pelo maior número de arrendamentos, **eles não produziram a maior quantidade de diamantes.** (MARTINS, 2012, p. 144 – grifos nossos).

A estruturação de uma dinâmica regional, cuja base econômica é centrada na mineração ainda que com diferentes arranjos sociais, foi tão marcante que Martins propõe uma periodização no século XIX:

A extração de diamantes nas lavras do Alto Jequitinhonha apresentou, no século 19, fases bastante distintas que variaram da euforia ao desalento. Se tomamos os volumes de produção e os preços do diamante, as mudanças na legislação minerária e os padrões de organização das lavras, podemos propor a seguinte periodização para a atividade no Oitocentos: a) 1808 a 1832 – Primeira crise do diamante; b) 1832 a 1870 – *Boom* da atividade garimpeira; c) 1870 a 1897 – Segunda crise do diamante e; d) 1897 a 1930 – Reanimação da atividade mineradora. (MARTINS, 2008, p. 612).

Com as lavras, a estrutura social e econômica de exploração vai criando hierarquias baseadas no trabalho e principalmente na cor/raça. O controle das lavras exige infraestrutura e investimentos que geram regras e repartição dos resultados, que passam a estar associados também ao controle da terra. Diferentemente do garimpo tradicional que normalmente tem uma característica itinerante e com impactos pontuais e localizados na paisagem, há casos de garimpos empresariais que estabeleceram estruturas que expressam longo período de exploração. É principalmente nestes casos que a propriedade privada da lavra e seu entorno assume centralidade, inclusive com impacto nas relações de trabalho. Pesquisas realizadas por Martins (2008; 2012) indicam como sendo os mineradores, os garimpeiros e os proprietários de terras os principais atores envolvidos com a extração de ouro, diamante e quartzo. Importante registrar que os garimpeiros e faiscadores oscilam numa tênue fronteira entre a legalidade e a ilegalidade, marcada tanto pelas imposições que a legislação minerária impunha à época, que passava pela autodeclaração da exploração, demarcação e pagamento antecipado dos impostos. Fora disso, por várias circunstâncias, eram considerados como criminosos, uma valoração e estigma que se enraíza na estrutura institucional (administrativa e policial) reverberando na hierarquia social.

Há um outro elemento importante nessa progressiva apropriação das terras para controle da produção mineral que é a expectativa e a especulação sobre novas áreas de garimpo. O vislumbre do rápido enriquecimento, deixou legados tanto na paisagem (com áreas devastadas por escavações de grande impacto em estruturas de solo frágil), quanto nas relações sociais. Martins (2008, p. 611) explica parte desse processo ao analisar o impacto da crise da mineração no período de 1870 a 1890:

Outra faceta da crise da mineração está associada ao **aumento dos conflitos pela posse das lavras**, bem como às incertezas decorrentes das ambiguidades



e modificações da legislação brasileira, na transição da Monarquia para a República. O regime de livre exploração possibilitou o **avanço contínuo do processo de concentração dos terrenos diamantinos nas mãos de poucos proprietários**, que frequentemente **especulavam com os lotes de terras minerais**. Este processo alimentou disputas às vezes dramáticas pelas áreas de extração mineral. (Grifos nossos).

Portanto, na medida em que a mineração é a principal atividade econômica que se projeta como mote para ocupação e colonização de novas áreas com potencial de recursos, aumentam os conflitos também relacionados à terra. E, nesta disputa, coloca-se em questão também a finalidade social da terra, sobretudo para a produção de alimentos que pudessem garantir a manutenção de força de trabalho exclusivamente dedicada ao garimpo (em suas diferentes escalas de produção). Outra questão importante, indicada por Martins (2008) refere-se aos **meios de produção**:

A conjuntura negativa das décadas de 1870-1890 não propiciou alterações técnicas expressivas nos procedimentos de lavra nas unidades mineradoras do Alto Jequitinhonha. As grandes lavras continuaram empregando **trabalho manual, técnicas tradicionais e instrumentos que podiam ser produzidos em pequenas oficinas de ferreiros e carpinteiros**. (MARTINS, 2008, p. 618 – grifos nossos).

Os **maiores mineradores**, comparativamente menos afetados pela crise do que os pequenos mineradores, garimpeiros e faiscaidores, trataram de **concentrar em suas mãos os terrenos diamantinos**. Aproveitaram a ocasião para comprar muito barato diversos lotes minerais. [...]

A corrida pela aquisição de lotes diamantinos foi compensada no **final da década de 1890, época na qual começaram a ser formadas as companhias nacionais e estrangeiras de mineração do diamante**. Estas companhias precisavam de áreas para lavrar e estavam dispostas a pagar bem por elas. Os grandes mineradores de Diamantina souberam aproveitar a oportunidade: **especularam com o valor destes terrenos, engordando suas fortunas**. (MARTINS, 2008, p. 620 e 621 – grifos nossos).

A entrada do século XX traz mudanças inclusive no cenário geopolítico internacional que tem repercussões no Brasil. Dentre elas, há mudança no aparato legislativo libado ao setor mineral, em que as minas e jazidas passam a se tornar uma propriedade separada da do solo, e a criação do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) que passa a regular a política brasileira voltada para o setor mineral. A Constituição de 1934 também eliminou as restrições “à participação de estrangeiros na exploração mineral”, mas nacionalizando as minas e jazidas. É somente na Constituição de 1937 que passa a delegar as reservas minerais (inclusive desconhecidas) “ao domínio da União ou dos Estados; a nacionalização das empresas que se dedicavam à atividade mineral; a exigência de nacionalidade brasileira par aos acionistas de empresas de mineração”. (BARBOSA, 1994, p. 69-70).

Esta mudança no aparato legislativo e a geopolítica internacional em contexto de grande guerra mundial, tem repercussões na atividade de mineração até então vigente no alto rio Jequitinhonha:

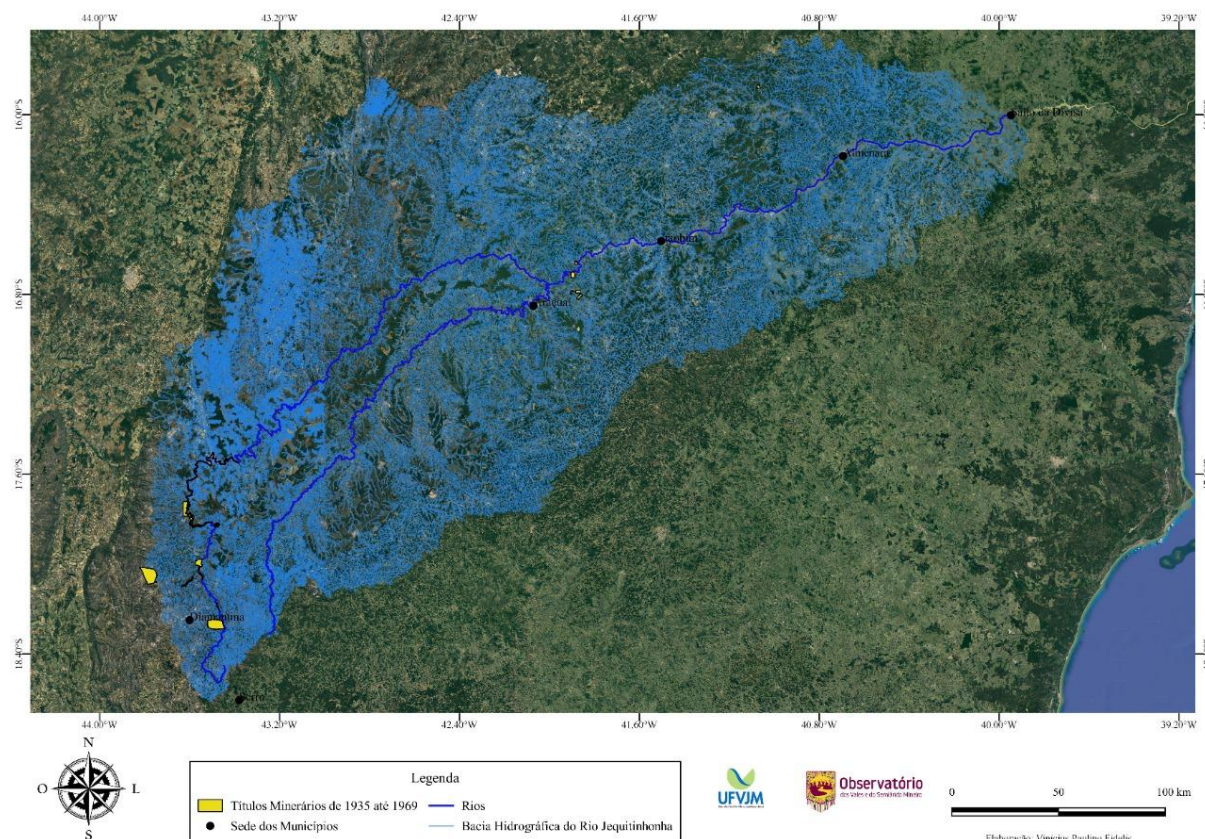
[...] a melhora do mercado do diamante, com a entrada dos compradores norte-americanos e os investimentos das companhias estrangeiras (a partir de 1897), bem como o início do processo de semimecanização do garimpo nos anos 1920, abriam boas perspectivas para os grandes mineradores e diamantários. (MARTINS, 2008, p. 637 – grifos nossos).

A entrada de capital estrangeiro será reconhecida e facilitada a partir da Constituição de 1946, em contexto de pós-guerra, mantendo o princípio da separação da propriedade do solo e do subsolo, instituindo o direito de preferência para o dono da superfície. A partir de 1967 passa a vigorar a nova Constituição em que substitui a preferência por prioridade, e determina o monopólio estatal para a pesquisa, lavra, refino e transporte de petróleo. (BARBOSA, 1994). Essas mudanças legais respondem, em alguma medida, a realidade vivida e aos interesses lucrativos que a expansão da atividade de mineração, em escala industrial, poderia auferir. Na Figura 1 apresentamos cartograma com destaque para a porção mineira da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, e a projeção dos títulos minerários registrados no período de 1935 a 1969. Foram identificados 28 títulos, sendo a ocorrência e substâncias assim expressas: um título para água marinha, berilo, grafita, minério de ouro, petalita, polucita e quartzo; três títulos para cassiterita; seis títulos para diamante; doze títulos para ouro. Todos os títulos permanecem vigentes, e tiveram última anotação de eventos com alterações anotado em 2019 – o que indica atenção à essa região e, possivelmente, um aumento nos interesses de exploração e que merece pesquisas complementares para análise.

Conforme indicativo apresentado por Martins (2008), as mudanças na geopolítica internacional, o aparato legal do Brasil e as mudanças nos meios técnicos de extração mineral contribuíram para um cenário com “boas perspectivas” para que surjam novas empresas tanto no setor, quanto na atuação regional. Isso é um recorte muito importante, pois passa a instituir outra lógica, ainda mais externa à dinâmica local. Dentre as empresas, cabe citar um caso apontado por Scliar (1995, p. 66), que traduz inclusive a consolidação da fronteira mineral – a partir de outro meio técnico em escala industrial e com ritmo de trabalho e extração condicionado aos equipamentos com motores de combustível fóssil:

A fundação da Tejucana S.A, em 1962, com a instalação de dragas de grande porte no Rio Jequitinhonha para a mineração do diamante e ouro **modificou o patamar da atividade mineral na região**. Em 1988, a Rio Novo Mineração, do Grupo Andrade Gutierrez, também iniciou a extração de diamante e ouro dos alúvios do Rio Jequitinhonha, utilizando dragas alcatruzes.

**Figura 1:** Títulos minerários registrados no período 1935 a 1969



Org.: Elaboração do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, 2019.

Essa consolidação da abertura da região para a exploração mineral conduzido por grandes empresas, empurra a disputa por terras (solo) e minerais (subsolo) a um outro patamar, seja por aumentar a pressão sobre os bens comuns, sobre as comunidades e, principalmente, sobre os trabalhadores. É significativo que este período é marcado por poucos registros, conforme indicou Ribeiro<sup>2</sup> (1997, p. 03), em análise histórica dedicada ao Mucuri e Jequitinhonha, escreve sobre este último:

Foi povoado por uma frente mineradora que esgotou a primeira cata de ouro e diamantes e a si própria em fins do século XVIII. Desde então – diz-se – estagnou. As fontes de sua história mineradora vão só até o fim da Real Extração, nos começos do XIX. Quando Joaquim Felício dos Santos por volta de 1860 escreveu sua crônica do Distrito Diamantino [...] os registros oficiais de mineração já eram uma coisa do passado e ele acrescentava lembrança aos arquivos. O alto rio passou por um breve esplendor até meados do século XIX, quando o algodão produzido em São Domingos e Calhau criou algum

movimento de exportação, comentário de viajantes, principalmente Saint-Hilaire que se tornou o historiador do declínio minerador e da assunção algodoeira. Depois, então, **o Jequitinhonha desapareceu, perdeu lugar na história, para emergir mais de um século depois, nos anos 1970, como o “Vale da Miséria”**, zona famosa pela enorme exploração sazonal de trabalhadores não-qualificados para o Sudeste do Brasil, produtora de muita cultura popular – música, festas, artesanato – mas absolutamente “carentes”. (Grifos nossos).

Na análise dos títulos minerários, podemos observar como a disputa de terra se acirra. No período de 1935 a 1969, os títulos registrados correspondiam a uma área de 16.842,57 hectares, já no período de 1970 a 1999, a área registrada salta para 296.749,85 hectares. Na Figura 2 apresentamos cartograma com a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, consideramos o período de 1970 até 1999 para apresentar a distribuição espacial dos 541 títulos minerários registrados, sendo a grande maioria (263) de granito, seguido por grafita (57), caulim (55), diamante (49), Ouro (45), quartzo (29) e outros (feldspato, petalita, ferro, água marinha, turmalina). Estes dados abrem várias questões de pesquisa.

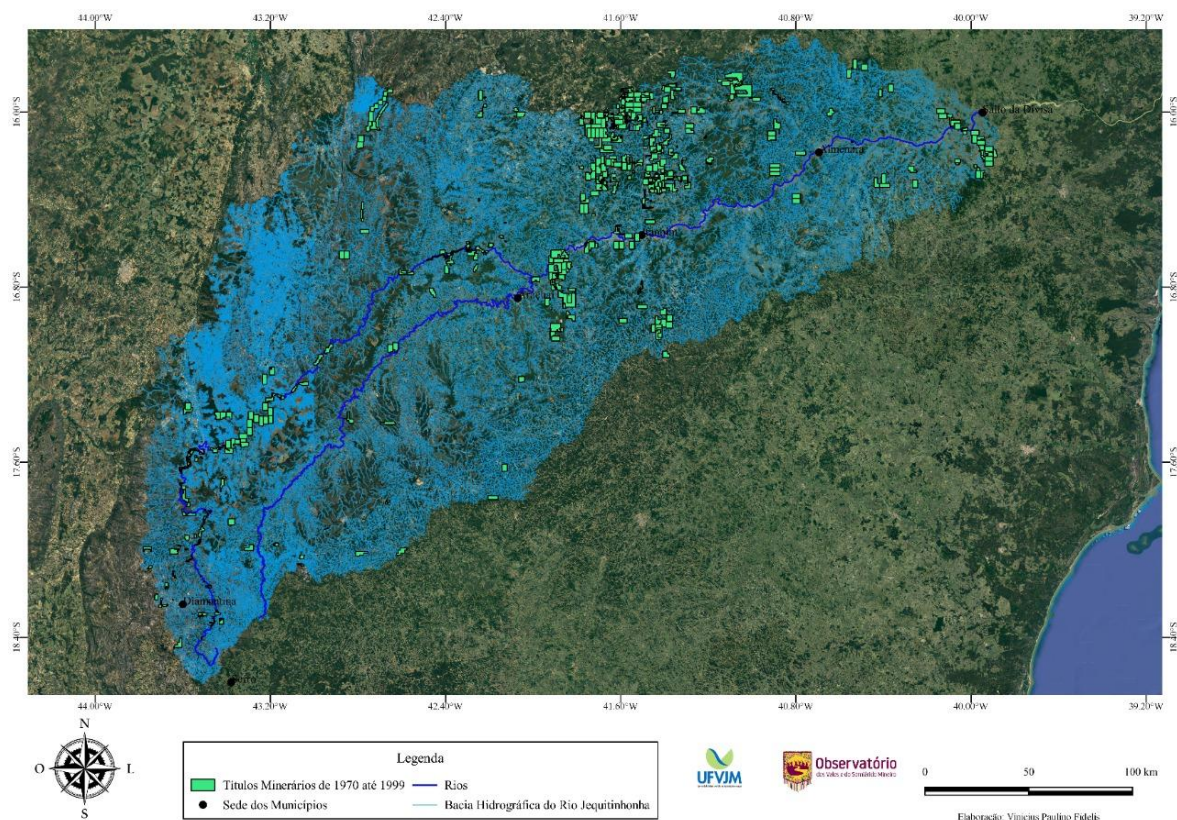
A disponibilidade de recurso mineral enseja também outros tipos de exploração, como o garimpo tradicional, embora muitas vezes invisibilizados, tem relevância significativa tanto para a reprodução social. Ao analisar sobre o período de 1985 a 1993, Scliar (1995, p. 70 e 71) indica:

Em 1990 o DNPM promoveu um levantamento nacional de garimpeiros (Brasil 1993), cadastrando os trabalhadores dos garimpos de todo o país. Segundo informações de técnicos do DNPM que participaram dessa campanha, **no Rio Jequitinhonha foram encontradas 300 bombas registradas no IBAMA, envolvendo o trabalho de 6.756 garimpeiros. A previsão é que esse número se situava, na realidade, em torno de 3.000 bombas.** A relação econômica predominante era a seguinte: 5% para o titular do direito minerário; **5% para o dono da terra**; 25% ao fornecedor de alimentação e moradia no local; 25% para dividir entre os trabalhadores que atuavam no garimpo (meia praça); 40% para o proprietário das bombas de sucção (dragas).

Estes dados indicam justamente um processo de exploração que se intensifica em função da descoberta de disponibilidades minerárias em novas áreas, mas também em profundidade – este, exigente de condições técnicas para extração, que coloca os garimpeiros tradicionais em relação de produção mediada pela produtividade e, de certa forma, amparada pela legislação ambiental e trabalhista. Conforme escreveu Scliar (1995), a partir de meados do século XX serão descobertos depósitos de quartzo, manganês e cromo (SCLIAR, 1995) que passam a manter interesse de exploração mineral

sob viés capitalista: “O diamante e o ouro, mas também as rochas ornamentais, a cianita, o feldspato, a mica, as gemas, o manganês, o caulim e o quartzo, são muitas vezes lavrados a partir de acordos entre os garimpeiros, os donos da terra e os financiadores do serviço”. (SCLIAR, 1995, p. 70).

**Figura 2:** Títulos minerários registrados no período 1970 até 1999



Org.: Elaboração do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, 2019.

Na virada do século, adentramos em outro patamar de extração mineral marcada pelo aumento exponencial do registro de títulos minerários demonstrando tanto a consolidação do que foi instituído historicamente como uma determinada vocação regional, da fronteira mineral (vertical, em profundidade e, horizontal – na disputa por novas áreas para manter ritmo de produção). A Figura 3 apresenta os dados relativos ao período de 2000 até 2018, em que registramos um aumento para 3.726.904,26 hectares (área declarada no registro do título minerário) e um total de 5068 títulos registrados, reunidos na tabela 1.

**Tabela 1:** Quantidade de títulos minerários e área de 1935 a 2018

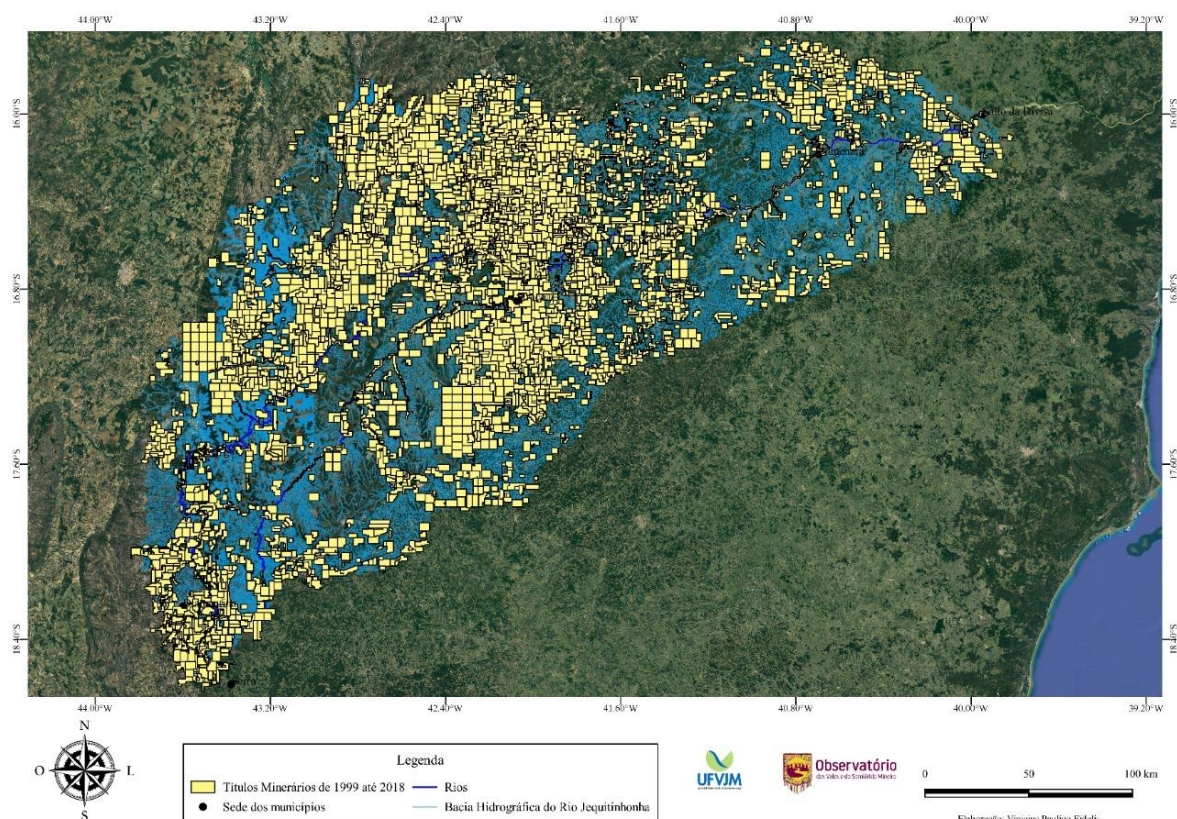
Período	Quantidade títulos minerários registrados	Área (ha)
1935-1969	28	16.842,57
1970-1999	541	296.749,85
2000-2018	5068	3.726.904,26
<b>Total</b>	<b>5637</b>	<b>4.040.496,68</b>

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), 2019.

Estes dados corroboram com as questões indicadas por Gonçalves et. al. (2018, p. 351 e 355):

Os primeiros anos do século XXI representaram um período de crescente expansão do **setor extrativo mineral e agropecuário** na América Latina. Com isso, **terra, energia, água, minérios, grãos e espaço territorial** passaram a situar-se presentes, direta ou indiretamente, na **gama de mercadorias** que fazem os países desta região **atuantes no comércio internacional**.

[...] a proximidade entre o setor mineral e a questão agrária também expõe exemplos concretos da “incurrigível lógica do capital” (MÉSZÁROS, 2007) e **seus impactos na natureza, no trabalho e na vida de milhares de sujeitos em seus espaços de existência coletiva**. (Grifos nossos)

**Figura 3:** Títulos minerários registrados no período 1999 até 2018

Org.: Elaboração do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, 2019.

Para encerramento desta seção (embora com várias questões para aprofundamento de pesquisa) apontamos que os processos analisados têm também relação direta com a expropriação das comunidades, nestes espaços de existência coletiva (WOOD, 1998; MARX, 2013). Em pesquisa realizada por Almeida (2018) houve um aumento de mais de 700 vezes na propriedade de terra registrada para grandes empresas que atuam na região (no estudo do autor, ligadas ao setor silvicultura):

[...] a ação expropriadora que retirou dos camponeses as terras tradicionalmente ocupadas do Alto Jequitinhonha, foi composta por aparatos políticos, financeiros e jurídicos orquestrados para uma “grilagem legalizada”, contando com um grupo formado por fazendeiros, compradores apostadores na especulação imobiliária, políticos, juizes, oficiais de registro de imóveis e, posteriormente, as empresas de domínio estatal e privado. (ALMEIDA, 2018, p. 107).

### **Garimpo tradicional como modo de vida**

Objetiva-se, nesta seção, articular algumas ideias que consideramos centrais para a compreensão das relações sociais de produção do espaço regional, mediadas pelo **garimpo tradicional** enquanto um **modo de vida**, enquanto uma atividade econômica, relações de trabalho e de produção da vida.

Portanto, são centrais a provocação e o desafio para entender o garimpo tradicional aqui situado. Isso significa reconhecer que ele surge em um determinado tempo histórico e em um determinado ambiente, como uma atividade econômica, de base extrativista, estranha e estrangeira ao que se vivia na região, guiada pela lógica da acumulação primitiva de capital e, portanto, conectada com a escala internacional. O garimpo exercido de forma tradicional envolve meio técnico com equipamentos dependentes da força de trabalho humana com impactos na escala local e, em certa medida, pontual. Se trata de um tipo de exploração de alto riscos e imprevisível.

Ao assumir a relação entre o garimpo tradicional como um modo de vida, entendemos que ele também está associado intrinsecamente à migração (em seus diferentes fluxos) e a situação de fronteira minerária e agrícola: o garimpo esteve associado à abertura de áreas de povoamento, esteve na franja da fronteira agrícola consolidada com a instalação de fazendas e a expropriação de comunidades e da fronteira minerária (extraindo o que estava acessível e indicando onde era compensatório investir em minas).

Ao relacionar o garimpo praticado de forma tradicional como um modo de vida, nos reportamos sempre à produção social e espacial da vida conectada ao ambiente, produzindo um meio geográfico expresso nas paisagens, mas também nas regras e valores que ditam os comportamentos individuais e coletivos do convívio social. Aqui, a ideia central é que o garimpo sempre esteve associado à lavoura, possivelmente ambos praticados de forma tradicional considerando meio técnico disponível e ou criado para atender às necessidades produtivas. Isso nos remete à reflexão sobre a divisão sexual, racial e social do trabalho, mediada pela divisão internacional do trabalho. Essa perspectiva é fundamental, pois parece que estamos falando de uma massa de despossuídos, aparentemente à margem da sociedade, mas que está em essência conectada à produção de valor e riqueza social apropriados ultra mar.

Para explorarmos essas ideias centrais, recorreremos a contribuições de pesquisadores, autores e obras que tem se dedicado ao estudo histórico e que nos auxiliam na problematização das questões colocadas.

Para Ribeiro (1997) as lavouras têm papel central no processo de ocupação e nas relações entre “homens e ambiente”:

Já a Regressão formalmente reflete o sentido de uma **mudança global nas ocupações de lavra e lavoura**. Mas falar que a população fora para as lavouras depois de esgotadas as minas ou que voltara à dita “economia de subsistência”, **esconde o fato que mineração e agricultura não são incompatíveis. A incerteza da mineração forçou o mineiro à lavoura e o vazio da estação seca empurrou-o de novo para a lavra, combinando duas atividades com monetarização, técnicas, ritmos e ferramentas completamente diferentes, mas profundamente compatíveis. Mineração e agricultura de mantimentos quase sempre estiveram juntas porque são atividades estacionalmente compatíveis e complementares; mineração é serviço de seca, lavoura é serviço das águas**. Os contratadores de diamantes deslocavam, em média, 40% dos seus escravos para a lavoura na época das águas; toda notícia de lavra é associada à lavoura, porque é difícil minerar no tempo das chuvas, impossível fazer roças no tempo das secas. Os picos ocasionais de fome e carestia que assolaram as lavras aconteceram quase sempre no seu começo, quando não houvera tempo de formar lavouras. (RIBEIRO, 1997, p. 04/05)

Elas orientaram o povoamento que sucedeu ao declínio minerador, estiveram na base das relações de apropriação e uso da terra e, a partir delas, suas técnicas e sistemas, pode ser entendido como se relacionaram posseantes, fazendeiros, trabalhadores e sitiantes que viveram nesse tempo, construindo normas de usos de espaços e natureza. [...]

Não é, então, apenas história da fazenda – uma das formas de apropriação, a mais importante quantitativa e até reflexamente – mas também do trabalho, do sítio e da técnica: tudo se completa. (RIBEIRO, 1997, p. 06)



Assim, é recorrente encontrar no modo de vida das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha uma associação entre garimpo tradicional e práticas agrícolas ou pesqueiras. A convivência com o semiárido, forma cidadãos acostumados a lidar com as adversidades climáticas e desenvolver estratégias para supervivência, de acordo Bahianinho, garimpeiro de Senador Mourão:

[...] no passado, na época das águas, o cara plantava feijão e plantava arroz. Quando chegava na seca, o que ele tinha que fazer? Ele ia para o garimpo tirar diamante, tirar cristal, tirar ouro. Que era a seca. Quando entrasse a águas ele ia pra roça de novo, plantar milho, arroz, feijão. A troca de uma coisa pela outra<sup>3</sup>.

Essa meticulosa combinação entre a lavoura durante as águas e o garimpo tradicional durante a seca, foi tecendo um modo de vida peculiar para cada comunidade que vive nas proximidades do rio. O garimpo é geralmente realizado por homens, trabalhando como “meeiros” e acampados nas proximidades da cata. “Dava uma renda mais digna do que trabalhar pra fora”. A mulher geralmente ia para o garimpo para cozinhar, “mas tinha hora que eu não estava fazendo nada, eu ia lá tirar meu diamantinho”. Foi o que disse Preta, garimpeira de Senador Mourão, que com 12 anos começou na cozinha de um garimpo, mas que com o tempo foi mudando de ocupação e com os ganhos advindos do garimpo, comprou sua casa.

É difícil caracterizar a atividade econômica do garimpo artesanal ou tradicional e a complexa trama social que envolve essa atividade. Sem dúvida, ela se forja nos 300 anos de exploração de ouro, diamante e outras pedras preciosas em toda região banhada pelo Rio Jequitinhonha. Ao longo do tempo, o garimpeiro – esse sujeito, majoritariamente do sexo masculino – incorpora valores do matuto, do sertanejo, desconfiado, mas também muito sagaz na luta para a sobrevivência. Há, portanto, vários garimpeiros: seu perfil, modo de vida, relações de trabalho, crenças e valores, vão “lidando” com a dinâmica regional seja do extrativismo cada vez mais voraz pelas pedras, seja de outros conflitos que envolvem a posse da terra (e a permanência nela). Entender essas mudanças na história regional, ajudam a entender como esse tipo social vai se relacionando com a natureza, com o mercado (na figura do comprador) e moldando seu modo de vida.

Um dos registros sobre o modo de ser que forja o garimpo chamado de tradicional, é recolhido por Marcos Lobato, a partir de estudo da literatura regional, que foram consolidando um tipo de sujeito (modo de vida, moral etc.) no século XIX e XX:

A literatura regional desenhou os traços da imagem social do garimpeiro. **Ele trabalha sozinho ou com poucos companheiros, considerados irmãos. Seus contratos são de boca, baseados na confiança e na honra;** o “garimpeiro honrado” é aquele cuja conduta observa a palavra empenhada. **Sagaz, o garimpeiro sabe se defender com coragem dos ataques que sofre.** Quando vitorioso, volta **pacífico** para o trabalho; quando vencido, **suporta os sofrimentos e não trai seus companheiros.** O garimpeiro tem gosto pela **vida livre:** não possui abrigo certo. Ele está acostumado às oscilações da fortuna: **hoje rico, amanhã pobre. O garimpeiro resiste** ao contato e à colaboração com o Estado, porque os governos perseguiram os pequenos mineradores e também porque o garimpeiro pensa como o capitão Isidoro, personagem lendário, que, “perguntado se tinha extraído diamantes nas lavras impedidas, respondeu que **os diamantes eram de Deus, e só dele;** e por isso não cometera crime em extraí-los” (SANTOS, 1976: 320) Mais que negócio, a mineração é um prazer, faina regida por forças sobrenaturais. Assim, o garimpeiro “é só esperança, vive sempre esperando dar num cascalho rico” (MORLEY: 49-50). Teimoso, ele só quer faiscar, entorpecido pela “paixão lúdica da mineração” (MATA MACHADO, 1985: 33).

No convívio social o garimpeiro é **cauteloso.** Quando o assunto é mineração, **cala-se** porque precisa manter em **segredo seus achados.** O garimpeiro tem aversão a hierarquias, **desdenha de saberes formais e complicados,** como o dos geólogos e engenheiros. **O que conta é o jogo do rio.** Para o garimpeiro, “em mineração não há certezas: tudo são opiniões variáveis”. **Ele é apegado às técnicas tradicionais,** bem ajustadas ao saber empírico adquirido na labuta da faiscagem. Daí sua resistência às inovações técnicas, à escrita contábil e ao planejamento. **Sua atividade é incompatível com a racionalidade da empresa moderna.** (MARTINS, 2007, p. 02-03).

No entanto, o garimpeiro “parido” pela modernidade, que chega na região no final do século XIX e início do século XX é diferente, principalmente esse tipo que foi atraído pelo “conto e canto da Areinha”: é o sujeito migrante, vindo de diferentes locais, alguns com experiência, outros com curiosidade. Para quase todos, o garimpo é a única opção. Não tem nada a perder, ele é movido pela especulação, pela ambição e uns, ainda, pela necessidade de sustento dos que ficaram. Mais do que trabalho, o garimpo exige um *estilo de vida:* viver no mato, no barracão, com guarnição malcomida, mas garantida, com esperança em cada dia e o fardo do cansaço em cada noite. Mantém, de todo modo, o sábio ditado regional: “todo dia, garimpeiro dorme rico e acorda pobre”. Garimpeiro é sonhador, vive de esperança ainda que minguada pela refeição pouca. O ritmo do trabalho é relatado por um garimpeiro<sup>4</sup>:

O dia começa cedo, as 5h. Por volta das 6h já estão faiscando “por modo de aproveitar que o sol não tá quente”. Param as 11h para o almoço. Dizem uns que volta as 12h, talvez um pouco mais tarde. E segue até as 18h, uns até mais tarde. Voltam pro barracão, toma a pinga do dia na roda com outros, pra contar as estórias do dia. Logo mais já vai deitar, porque o outro dia começa cedo.

A Areinha é um típico produto histórico da lógica que move as grandes empresas famintas por lucros extraordinários e rápidos. A areia fina, que deu nome ao lugar, estava acumulada em montes de rejeito: o que sobrou da mineração de ouro e diamante realizado pelo grupo Andrade Gutierrez de 1980 até 2010. Em 30 anos, os morros de areinha acumulada nas margens ou no leito do rio, foram grande atrativo de garimpeiros tradicionais que sabiam que as “pedras pequenas” não tinham sido “capturadas” pelas máquinas da empresa. Após a saída da empresa, os “restos” passaram a ser garimpados e os achados, afamados, foram ganhando repercussão regional. Aos poucos, o leito do rio ou as margens – conforme o jogo do rio, foram sendo garimpados. E, no conhecimento tradicional, o diamante “dá na aluvião”, no cascalho depositado pelo fundo do rio. Portanto é preciso seguir o “rastros” do rio antigo, e nessa caçada, foram sendo produzidas cavas cada vez mais profundas, com mais equipamentos (máquinas, bombas, técnicas para “cortar a água” e “lavar” o diamante). Nasce a Areinha, esse local que no imaginário regional passa a retratar a fortuna fácil, o enriquecimento rápido, que carrega consigo a pior face da degradação social e ambiental. Em quase uma década (2010 a 2019), algumas cavas já tinham 50 metros de profundidade, e várias delas ao longo do trecho do rio produziram uma paisagem desoladora, conforme apresenta a Figura 4 e 5, que reveza entre montanhas de terra, de pedras e rejeitos, e valas profundas, em que os homens ficam pequenos e, agora, estão cobertas por água.

O tema da mineração é permeado por grandes polêmicas, tecidas por contradições e disputas. Se, por um lado, a bacia do rio Jequitinhonha forjou em seu processo histórico tipos e grupos sociais que dependem do garimpo tradicional como atividade do tempo da seca associado à agricultura nos tempos das águas; por outro lado, também tem sido alvo de assustadora especulação mineral com a explosão de registros de títulos minerários para pesquisa, mas também inserindo essa grande no escopo de interesse de grandes empresas do setor mineral, conforme demonstraremos a seguir.

**Figura 4:** Registro aéreo da área de mineração da Areinha



Legenda: Margem esquerda, as valas que foram cavadas para a extração de diamante e ouro, ao lado direito da imagem o leito do rio Jequitinhonha.

Fonte: Pesquisa exploratória de campo, realizada em dezembro de 2019. Fotografia de Nilmar Lage.

**Figura 5:** Registro aéreo da área de mineração da Areinha



Legenda: Margem esquerda, as valas que foram cavadas para a extração de diamante e ouro (estimativa de 50 metros de profundidade), ao lado direito da imagem o leito do rio Jequitinhonha.

Fonte: Pesquisa exploratória de campo, realizada em dezembro de 2019. Fotografia de Nilmar Lage.

### **A mineração como um grande negócio: os projetos para o desenvolvimento**

Apresentamos, até então, elementos para compreender como o processo histórico forja permanentes conflitos territoriais em que está presente a expropriação da terra e das comunidades tradicionais, seja para a mineração, seja para a instalação de fazendas com pecuária de corte ou silvicultura de eucalipto.

Usando-se do conceito de Vale do Jequitinhonha, essa região criada (SERVILHA, 2015) na década de 1970 para que os grandes projetos de desenvolvimento pudessem ser justificados, as empresas do setor têm consolidado a mineração como um grande negócio ao projetar para a região várias frentes de novos empreendimentos, com velhos jargões do desenvolvimentismo. Essas questões e as disputas territoriais nos indicam uma situação de fronteira que articula a mineração e a questão agrária, sendo exemplar o aumento exponencial do registro de títulos minerários no último período (2000 a 2018) chegando ao total de 5068 títulos ocupando uma em área total de 3.7 milhões de hectares.

Uma das contradições mais evidentes da situação de fronteira agrária e mineral, é a narrativa do desenvolvimento. Há vasta literatura científica que tem demonstrado a falácia desse discurso, embora esteja sempre sendo rerepresentando. Em específico, citamos o estudo de caso sobre a produção mineral do semiárido com foco em análise do impacto social considerado a partir de indicadores socioeconômicos. Fernandes, Lima e Teixeira (2011, p. 100) indicam que a produção mineral do semiárido tem grande importância no Brasil pois fornece dez substâncias minerais principalmente por concentrar toda a produção de magnesita, gipsita e urânio, mas também com destaque na produção de sal marinho, bentonita, talco, diatomita e lítio. A partir dos dados analisados, as conclusões são evidentes: dos nove municípios-sede de grandes minas do semiárido, em sete a extração mineral é considerada como a única atividade econômica relevante sendo “residuais ou inexistentes todas as outras atividades” (TEIXEIRA, 2011, p. 104); em nenhum município os *royalties* da mineração têm resultados expressivos; o município Araçuaí, o único analisado no texto, localizado em Minas Gerais e no vale do Jequitinhonha “tem um dos piores desempenhos do seu estado” ao analisar variação do IDHM no período de 1991 a 2000 (TEIXEIRA, 2011, p. 108); é paradoxal a pouca variação do indicador renda e os autores apontam “uma maior desigualdade distributiva

do que a média do Brasil” (TEIXEIRA, 2011, p. 109) sendo os percentuais de pobreza muito altos mesmo em municípios com melhor situação em outros indicadores.

Neste escopo, os autores concluem apontando:

Estudar as questões sociais do semiárido representa a busca de raízes da pobreza e do atraso da região, que continuam a desafiar as instituições e atores sociais envolvidos na promoção do desenvolvimento e na melhoria das condições de sua população.

Os municípios do semiárido brasileiro, cuja atividade única ou principal é a mineração em grande escala, produzem substância de relevância nacional e recebem CFEM **deveriam** apresentar melhores indicadores de bem-estar e de desenvolvimento humano do que a média da região nordeste, uma das mais pobres do Brasil. (FERNANDES, LIMA e TEIXEIRA, 2011, p. 110).

Todos esses processos já foram e ainda são vivenciados por sujeitos e comunidades no Vale do Jequitinhonha pois, afinal, as políticas continuam alinhadas com a implementação de grandes projetos de desenvolvimento. A região, principalmente a partir da década de 1960, passou a ser objeto de propostas redentoras para o semiárido. Primeiro a criação de gado expansivo, depois foi a vez do eucalipto e pinus assumirem esse lugar, agora parece ser a mineração o agente capaz de tirar o Vale do subdesenvolvimento econômico.

E essa situação não é endêmica. Seguindo o percurso do rio, sentido norte e à jusante, nos municípios de Araçuaí e Itinga, a mineração também foi assumindo diferentes feições. Segundo Sá (1977), em 1950 foram registrados os primeiros pegmatitos às margens do rio Piauí, afluente do Jequitinhonha, despertando interesses minerários na região. Assim empresas como a Companhia Produco, anos depois substituída pela Companhia Arquena e esta pela CBL - Companhia Brasileira de Lítio, se deslocaram para a região limítrofe entre Itinga e Araçuaí a partir de 1952 para instalar pátios minerários e, em consequência, expropriar garimpeiros artesanais.

O lítio já é explorado pela CBL na Comunidade Fazenda Velha (Itinga) e, apesar de não terem sido encontrados estudos comprobatórios da diminuição do leito do rio ligado às atividades da mineração, ações predatórias como assoreamento e retirada de mata ciliar fizeram com que o rio Piauí se tornasse um córrego intermitente. Segundo um morador de sua margem, "o rio era forte mesmo, não faltava água e tinha tanta água que já houve época de chuva que ficamos 30 dias sem ter como atravessar para o outro lado"<sup>5</sup>. Em uma área vizinha, a Área de Preservação Permanente (APA) Chapada do Lagoão (Araçuaí), um licenciamento é pleiteado pela Sigma Mineração para retomada da extração

de lítio em um local que, além de reserva ambiental, é conhecido como "caixa d'água" da região pela sua capacidade armazenar água das chuvas e irrigar córregos e rios do seu entorno. A região do semiárido possui a característica de baixos índices pluviométricos e secas prolongadas, assim, arriscar secar uma caixa d'água natural em detrimento da exploração minerária, tem sido alvo de muitos questionamentos. Trata-se de uma decisão que coloca em confronto as contradições vividas por uma população historicamente expropriada, explorada e estigmatizada como pobre.

Outro exemplo tem sido a atuação da empresa Sigma Mineração, que anunciou investimento de R\$ 230 milhões para geração de 200 empregos nos municípios de Araçuaí e Itinga. Sem mão de obra especializada para beneficiamento do lítio, trabalhadores e trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha terão que disputar vagas com engenheiros e especialistas de outras regiões. (SIGMA Lithium, 2018).

Em Grão Mogol, a mineradora SAM, Sul Americana de Metais, uma empresa de capital chinês, tenta aprovar o Projeto Bloco 8, que prevê a construção de um mineroduto que ligaria o semiárido mineiro até Ilhéus, na Bahia. Movido à água, o mineroduto atravessaria 21 municípios, totalizando 480 quilômetros. Na região de Grão Mogol e Padre Carvalho, ficaria uma cadeia de barragem de rejeitos com capacidade para 2,4 bilhões de metros cúbicos. (SOARES, 2019).

O município do Serro, nascente do rio Jequitinhonha também tem enfrentando impasses com empreendimentos minerários. A mineradora Herculano segundo reportagem do Brasil de Fato,

[...] em suas propagandas a mineradora afirma que o projeto não impactará as águas, não irá causar emissão de poeira, o transporte do minério por caminhões não causará incômodos às comunidades e nenhum transtorno social será gerado com a mineração. Além disso, defende que as únicas consequências do projeto serão benefícios econômicos com a extração do ferro. (SIQUEIRA, 2018, s/p).

Nos últimos anos rompimentos de barragens tem acontecido de maneira sistemática, como foram os casos mais emblemáticos das barragens de Fundão (rompida em 05 de novembro de 2015) e Córrego do Feijão (rompida em 25 de janeiro de 2019). Laudos apontam tanto para o fato de que os responsáveis estariam cientes sobre a situação crítica das barragens, quanto para o descaso com as possíveis consequências, incluindo perda de vidas humanas (EISENHAMMER, 2019). O acúmulo de ocorrências levou a Agência Nacional de Mineração (ANM) à interdição de 53 barragens no Brasil, só em

Minas Gerais, são 33 barragens interditadas pelo órgão (ANM, 2019). Outro número que chama atenção é a quantidade de barragens instaladas no estado. Segundo Relatório de Gestão de Barragens da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), em 2018 havia 691 barragens com registro no órgão.

Apesar de não ocuparem espaços em grandes veículos de comunicação, outros eventos envolvendo barragens causam danos ainda imensuráveis no Vale do Jequitinhonha. Como saber os malefícios da água consumida pelos os moradores e moradoras da Comunidade Quilombola do Baú, em Araçuaí? Uma barragem de contenção de mineração de granito rompeu e contaminou o córrego do Santanna e o lençol freático que abastece a comunidade. Com uma aparência leitosa e excesso de resíduos sólidos, os dois pontos de coleta de água que abastecem a comunidade estão contaminados. Uma opção para eles é a distribuição de água nos carros pipa da prefeitura de Araçuaí, contudo, segundo Antônio Baú, liderança na comunidade, os caminhões "vem quando agendamos. De 90 em 90 dias eles colocam oito mil litros de água. Uma família pode ser do tamanho que for, que tem que aguentar três meses com oito mil litros"<sup>6</sup>. Estes são alguns dos dramas vividos pelas pessoas no Vale.

O lítio também tem sido um dos motivos de conflitos no Vale do Jequitinhonha, conforme Lage (2019, s/p):

A exploração do Lítio, que já é chamado de “petróleo branco”, tem sido usada como argumento para a “salvação” do “Vale da Miséria”, forma como é conhecida a região do Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. A mineradora Sigma, que está em processo de licenciamento para exploração em uma APA - Área de Preservação Ambiental da Chapada do Lagoão, alega investimentos na ordem de R\$230 milhões para geração de 200 empregos na região entre os municípios de Itira e Araçuaí.

As riquezas minerais, culturais e sociais do Vale costumam ser subjugadas por interesses de uma minoria que concentra renda e posses na região, justificando investimentos que favorecem grandes fazendeiros e mantém a desigualdade [...].

A APA da Chapada do Lagoão é uma importante reserva de biodiversidade sertanista, reduto de plantas medicinais e frutos do cerrado que ajudam a complementar a renda das famílias que moram no entorno. Em época de pequi, uma iguaria da culinária local, os coletores vão à Chapada em busca dos frutos para serem vendidos nas feiras. Assim fazem também as tradicionais raizeiras e raizeiros do Vale. É na Chapada do Lagoão que buscam ervas, raízes e folhas para produzirem medicamentos naturais, para consumo ou para serem vendidos nas feiras da região. [...]

A Chapada do Lagoão é conhecida como a caixa d'água da região, à época da criação da APA em 2007 foram catalogadas 130 nascentes na área. Essas nascentes são responsáveis por abastecer tanto as famílias, quanto os córregos da região que vão desaguar nos rios Araçuaí e Jequitinhonha. (LAGE, 2019, s/p).



Na linha dos grandes projetos de desenvolvimento (ALENTEJANO e TAVARES, 2019) cabe citar o caso do Projeto Bloco 8 cujo impacto regional compromete várias comunidades:

A empresa Sul Americana de Metais S/A (SAM), controlada pela Honbrigde Holdings Ltda. sediada em Hong Kong, pretende transformar a região Norte de Minas Gerais em um Distrito Ferrífero, isto é, **um novo polo minerário** a exemplo do que hoje ocorre nas regiões de Conceição do Mato Dentro, Brumadinho e do Quadrilátero Ferrífero, onde se encontra, dentre outros, o município de Mariana.

Tendo adquirido direitos minerários em vários municípios do Norte de Minas, desde 2006, quando iniciou os estudos geológicos, a SAM tenta viabilizar a exploração de minério de ferro na região. O alvo da mineradora são os municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho, onde pretende implantar o Projeto Bloco 8. (MAB, 2019, s/p).

Em publicação realizada pelo Jornal Brasil de Fato (2019 s/p),

O Bloco 8 construiria a maior barragem de rejeitos de todo o Brasil e uma das maiores da América Latina. O projeto estará localizado nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Josenópolis. Segundo estudo do MAB e da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MG), seriam 2596 hectares de barragem e aproximadamente 1,5 bilhão de toneladas de rejeito de minério armazenadas. Já o mineroduto só perderia em extensão para o maior do mundo, o Minas-Rio da Anglo American, que tem 529 km. Além disso, o complexo minerário consumiria 6,2 milhões de litros de água por hora na região, que sofre com a seca.

A Sul Americana de Metais já possui uma outorga – ou seja, o direito de uso – da Agência Nacional das Águas (ANA) que lhe permite retirar 54 milhões de m<sup>3</sup> de água por ano da barragem de Igarapé, construída no rio Jequitinhonha, para utilizar no projeto. Essa quantidade seria suficiente para abastecer por dois anos a cidade mineira de Montes Claros, onde moram mais de 400 mil pessoas.

Estas reportagens traduzem um breve cenário das disputas territoriais que estão se avizinando às comunidades tradicionais que ainda (r)existem nas grotas, fundos de vale, matas e rios que compõem as paisagens e modos de vida da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha. Há uma demanda enorme por pesquisas científicas e engajamento da academia, principalmente das Universidades públicas, para compreender a dinâmica regional que está por se instituir nestas paragens, de modo a enfrentar com posicionamento crítico, os velhos jargões travestidos de novos discursos – como o do desenvolvimento, geração de emprego, renda, sustentabilidade, interesse social etc.

### **Considerações finais**

Neste artigo buscamos apresentar uma leitura panorâmica sobre a formação socioeconômica da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, em sua relação a questão agrária e a mineração, tomando por foco o garimpo tradicional como um modo de vida. Neste debate, apresentamos algumas disputas contemporâneas relacionadas com a situação de fronteira mineral, marcada pela especulação de títulos minerários e a chegada de grandes empresas do setor mineral.

Ao assumir a relação entre o garimpo tradicional como um modo de vida, entendemos que ele também está associado intrinsecamente à migração e a situação de fronteira: o garimpo esteve associado à abertura de áreas de povoamento, esteve na franja para a instalação de fazendas e a expropriação de comunidades, extraindo o que estava acessível e indicando onde era compensatório investir em minas.

Ao relacionar o garimpo praticado de forma tradicional como um modo de vida, nos reportamos sempre à produção social e espacial da vida conectada ao ambiente, produzindo um meio geográfico expresso nas paisagens, mas também nas regras e valores que ditam os comportamentos individuais e coletivos. Demonstramos que o garimpo sempre esteve associado à lavoura, possivelmente ambos praticados de forma tradicional considerando meio técnico disponível e ou criado para atender às necessidades produtivas. Isso nos remete à reflexão sobre a divisão sexual, racial e social do trabalho, mediada pela divisão internacional do trabalho. Essa perspectiva é fundamental, pois parece que estamos falando de uma massa de despossuídos, aparentemente à margem da sociedade, mas que está em essência conectada à produção de valor e riqueza social apropriados ultra mar. Com as lavras, a estrutura social e econômica de exploração vai criando hierarquias baseadas no trabalho e principalmente na cor/raça. O controle das lavras exige infraestrutura e investimentos que geram regras e repartição dos resultados, que passam a estar associados também ao controle da terra.

O tema da mineração é permeado por grandes polêmicas, tecidas por contradições e disputas. Se, por um lado, a bacia do rio Jequitinhonha forjou em seu processo histórico tipos e grupos sociais que dependem do garimpo tradicional como atividade do tempo da seca associado à agricultura nos tempos das águas; por outro lado, também tem sido alvo de assustadora especulação mineral com a explosão de registros de títulos minerários para

pesquisa, mas também inserindo essa grande no escopo de interesse de grandes empresas do setor mineral. Essa consolidação da abertura da região para a exploração mineral conduzido por grandes empresas, empurra a disputa por terras (solo) e minerais (subsolo) a um outro patamar, seja por aumentar a pressão sobre os bens comuns, sobre as comunidades e, principalmente, sobre os trabalhadores.

Neste texto, apresentamos em linhas gerais uma análise inicial que já abre várias perspectivas para a linha de pesquisa sobre o tema da questão agrária, a mineração e a questão energética que será norteadora de atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro (UFVJM – Campus JK, Diamantina, MG).

## Notas

<sup>1</sup> A ideia de expropriação aqui tem a intencionalidade de provocar reflexão inicial sobre a lógica de separação dos trabalhadores dos meios de produção (acesso a áreas de garimpo é imposta por meio do impedimento de acesso à terra) da reserva de mercado e de acesso à mineração por meio da instituição de aparato legal para permissão de pesquisa.

<sup>2</sup> Importante mencionar que o autor avança numa pertinente análise, com uma crítica a tendência de generalização na análise das zonas mineradoras, com o tripé “Auge-Declínio-Regressão”, que considera os ciclos econômicos e o caráter próprio da atividade, mas que “não dá conta de esclarecer toda a dinâmica, principalmente varejos e detalhes” (RIBEIRO, 1997, p. 04).

<sup>3</sup> Entrevista cedida dia 29 de dezembro de 2019, em pesquisa de campo exploratória.

<sup>4</sup> Depoimento cedido em dezembro 2019, no entorno da Areinha, Diamantina (MG), em pesquisa de campo exploratória.

<sup>5</sup> Entrevista cedida em 26 de agosto de 2019, para Nilmar Lage.

<sup>6</sup> Entrevista cedida em 28 de agosto de 2019.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). ANM interdita 54 barragens por falta de condição de estabilidade. 09 out. 2019. Disponível em <<http://www.anm.gov.br/noticias/anm-interdita-54-barragens-por-falta-de-condicao-de-estabilidade>>. Acesso em 30 de dez. 2019.

ALENTEJANO, P. R. R. e TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, n. 521, v. 1, p. 190-233, 2019.

ALENTEJANO, P. R. R. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011. Disponível em <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/426/403>

ALMEIDA, C. S. de. **Território da água, território da vida**: comunidades tradicionais e a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha. 2018. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVM), Diamantina, 2018.

BARBOSA, A. R. Breve panorama da legislação minerária. **Revista Direito Ambiental**. Rio de Janeiro, v. 197, p. 64-73, jul./set. 1994.

BRAGA, G. B.; FIUZA, A. L. C.; REMOALDO, P. C. A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 370-396, ago. 2017.

EISENHAMMER, S. Vale sabia que barragem em Brumadinho tinha risco elevado de colapso. **Reuters**, 11 fev. 2019. Notícias principais. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/idBRKCN1Q02AC-OB RTP>> Acesso em 30 dez. 2019.

FERNANDES, F. R. C.; LIMA, M. H. M. R. e TEIXEIRA, N. da S. Grandes minas do semiárido brasileiro e o desenvolvimento local. In.: FERNANDES, Francisco R. C. *et al.* (ed.). **Recursos minerais & sustentabilidade territorial**: grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011, p. 97-111.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM). **Gestão de barragens**, lista de barragens 2018. Disponível em <[http://www.feam.br/images/stories/2019/BARRAGENS/PLANILHA\\_DIVULGA%C3%87%C3%83O.xlsx](http://www.feam.br/images/stories/2019/BARRAGENS/PLANILHA_DIVULGA%C3%87%C3%83O.xlsx)>. Acesso em 30 de dez. de 2019.

GOMIDE, C.S. et. al. (orgs.). **Dicionário crítico de mineração**. Marabá, PA: iGuana, 2018.

KUCHENBECKER, M. Geologia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: uma revisão. SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, I., Diamantina, **Anais...** Diamantina: UFVJM, 2017, p. 1-14.

LAGE, N. Lítio: **A nova salvação do Vale da Miséria (É mesmo?)**. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), 2019. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/l-tio-nova-salva-do-vale-da-mis-ria-mesmo>> Acesso em 04 nov. 2019.

LEITE, A. C. G. Expansão capitalista no Vale do Jequitinhonha: pautas para a discussão do problema da acumulação primitiva. **Revista Pegada**. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 179-201, 2015.

LOPES, R. Segundo maior mineroduto do mundo pode ser construído no Norte de Minas. **Jornal Brasil de Fato**, Belo Horizonte (MG), 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/06/segundo-maior-mineroduto-do-mundo-pode-ser-construido-no-norte-de-minas/> Acesso em 04 nov. 2019.

MARTINS, M. L. Mineração, identidade garimpeira e meio ambiente: os conflitos em torno da extração de diamantes no Alto Jequitinhonha, 1989-1995. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV., Anais[...]* 2007, p. 01-10.

MARTINS, M. L. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. **Revista Estatística Econômica**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638, jul./set., 2008.

MARTINS, M. L. O Jequitinhonha dos viajantes, séculos XIX e XX: olhares diversos sobre as relações sociedade-natureza no nordeste mineiro. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 707-728, jul./dez. 2008.

MARTINS, M. L. A mineração de diamantes e a administração geral dos terrenos Diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. **Revista de História**, São Paulo, n. 167, p. 129-163, jul./dez. 2012. Disponível em:  
<<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/49076/53149/>> Acesso em 20 dez. 2019.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. *In: MARX, K. O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-833.

MOURA, M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Mineradora quer transformar o Norte de Minas em novo polo minerário. 2019. Disponível em:  
<https://www.mabnacional.org.br/noticia/mineradora-quer-transformar-norte-minas-em-novo-polo-miner-rio> Acesso em 15 out. 2019

OLIVEIRA, W. e VIEIRA, V. C. A condição social e econômica do garimpeiro da cidade de Diamantina: Uma história contada por seus protagonistas. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas (MG, Brasil)**, n. 02, p. 01-20, out. 2012.

RIBEIRO, Á. E. M. **As estradas da vida**: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais. 1997. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

RIBEIRO, L. Gênero, técnica e temporalidade no garimpo tradicional. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017. & WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13TH. 2017. Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis, 2017, p. 01-12.

SÁ, J. H. da S. **Pegmatitos litiníferos da região de Itinga - Araçuaí, Minas Gerais**. 1977. Tese (Doutorado - Instituto de Geociências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

SCLIAR, C. Dotação mineral, meio ambiente e desenvolvimento no Alto Jequitinhonha. **Revista Geonomos**, v. 3, n. 1, p. 65-75, 1995.

SERVILHA, M. de M. **Quem precisa de região? o espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SIGMA Lithium. Sigma investirá R\$ 230 mi em projeto de Lítio. **Sigma Lithium Resources**, 09 fev. 2018. Disponível em <<http://www.sigmalithiumresources.com/sigma-investira-230-mi-em-projeto-de-litio/>>. Acesso em 30 de dez. de 2019.

SIQUEIRA, L. P. G. de. Serro: patrimônio histórico ameaçado pela mineração. Empresa Herculano, que já teve uma barragem de rejeitos rompida, faz de tudo para avançar seu projeto em Minas. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, MG, 04 dez. 2018. Artigo opinião. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/04/serro-patrimonio-historico-ameacado-pela-mineracao/>>. Acesso em 30 de dez. de 2019.

SOARES, D. MPF tenta vetar barragens maiores que as de Mariana e Brumadinho, em Minas. **Diário do Poder**, 04 dez. 2019. Redação. Disponível em <<https://diariodopoder.com.br/mpf-tenta-vetar-barragens-maiores-que-as-de-mariana-e-brumadinho-em-minas/>>. Acesso em 30 de dez. de 2019.

SOUZA, C. L. S. de. Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha. **Revista Katalysis**, v. 21, p. 611-620, 2018.

SOUZA, J. V. A de; HENRIQUES, M. S. (org.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SULZBACHER, A.; FERNANDES, L. C.; ALMEIDA, C. S. de. Nas minas, a terra vale ouro. Questão agrária e mineração no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, IX., 2019/ SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, X., 2019. Recife. **Anais[...]**. Recife: UFPE, 2019. p. 01-15.

TRASPADINI, R. S. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 1-23, 2018.

WOOD, E. M. **As origens agrárias do capitalismo**. Artigo publicado originalmente em Monthly Review, v. 50, n. 3, jul./ago.1998.

Recebido em 30/12/2019. Aceito para publicação em 03/04/2020.
--